



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA 001A/2023

Unidade auditada: Câmpus Santana do Livramento

Área: Administração e Planejamento

Objeto da auditoria: Patrimônio

Período: 31/01/2023 a 31/05/2023

Serviço de auditoria: ID 5

Ordem de Serviço: 001/2023

Memorando(s) emitido(s): Mem. IF-UAIG/N.13/2023

Processo: 23163.000877.2023-38

Solicitações de Auditoria: 001A/2023, 001C/2023

1 INTRODUÇÃO

A realização desta auditoria teve como objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial do Câmpus Santana do Livramento.

O trabalho partiu da análise da legislação pertinente ao tema, mais especificamente a Lei n. 4.320/1964, a Instrução Normativa SEDAP n. 205/1988, a Portaria Normativa CGU n. 27, de 11 de outubro de 2022, o Decreto-lei n. 200/1967 e o Decreto n. 9.373/2018.

As análises de auditoria incidiram sobre aspectos previstos nesses diplomas normativos, a partir dos quais foram formuladas as solicitações de auditoria e os *checklists*.

1.1 Objetivos

Conforme o Programa de Auditoria n. 001/2023, os objetivos específicos do trabalho

foram:

- a) verificar se o responsável pela carga do bem no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) é o responsável de fato pela guarda do bem;
- b) verificar se os bens definidos como amostra estão localizados no setor especificado no SUAP;
- c) verificar se os bens definidos como amostra possuem plaquetas de identificação patrimonial;
- d) verificar se existem bens de terceiros no setor e, em caso positivo, se existe controle sobre estes;
- e) verificar se existem bens localizados fora do local de guarda sem o registro da sua movimentação;
- f) verificar se há bens inservíveis (ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos);
- g) verificar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP) realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Santana do Livramento.

1.2 Escopo

O escopo do trabalho limitou-se à análise de 5% do quantitativo dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Santana do Livramento, selecionados segundo critérios de materialidade e de criticidade. No caso de setores com quantidade de itens igual ou superior a 2.000, utilizou-se a Tabela Philips para delimitar a quantidade de bens da amostra.¹

2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Em 16/03/2023, por meio do Mem. IF-UAIG/N.º13/2023, a unidade auditada foi informada sobre a abertura dos trabalhos de auditoria patrimonial e que o trabalho de campo seria realizado no período de 03 a 05/04/2023, nas dependências do Câmpus Santana do Livramento.

Antecede essa etapa o acesso ao SUAP, módulo Administração - Inventário, tendo sido realizada em 09/03/2023 a extração da relação de bens totais do Câmpus Santana do Livramento, em formato Excel, constando, entre outras informações, número de tombo, descrição, setor, valor e responsável pela carga. Na sequência, houve a identificação da totalidade da carga patrimonial do Câmpus Santana do Livramento por setores responsáveis e extraiu-se a amostra de 5% da totalidade dos bens de cada setor pelos critérios de materialidade e criticidade.

Nessa etapa interna do trabalho, evidenciou-se que a Coordenadoria de Estrutura Funcional

¹ Vide item 2.1 deste Relatório.

do Ensino (COEFE), o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CSTADS), o Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável (CTSER) e o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) possuíam dois responsáveis pela carga patrimonial. A Coordenadoria de Gestão Administrativa (COGEA), a Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF) e a Coordenadoria de Extensão e Cultura (COEX) não possuíam registro de carga patrimonial no SUAP. Já o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), além de não possuir registro de carga patrimonial no SUAP, também não apresentava responsável no organograma institucional.

Além disso, a Coordenadoria de Licitações e Compras (COLIC) e a Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (COPESQ) possuíam servidores detentores de carga no SUAP, os quais não eram os responsáveis pelo setor e não possuíam função ou cargo de direção.

Em 16/03/2023, foi expedida a Solicitação de Auditoria (SA) 001A/2023 à unidade auditada, requisitando a indicação do responsável pelo controle patrimonial no câmpus, as alterações de servidores realizadas na Coordenação de Patrimônio nos últimos três anos, com as respectivas portarias de dispensa e de designação, bem como informações quanto à existência de inventário anual de bens móveis relativo ao último exercício, com portaria de criação da comissão e comprovação de envio do inventário anual dos bens móveis à PROAP. Também foi questionado se todos os bens patrimoniais do Câmpus Santana do Livramento estão cadastrados e atualizados no SUAP e foi solicitada apresentação de justificativa para constar mais de um responsável pela carga patrimonial dos setores CSTADS, CTSER e DEPEX.

A unidade auditada encaminhou resposta por meio do Processo eletrônico n. 23163.000880.2023-51. Na referida resposta, o Diretor-geral do Câmpus Santana do Livramento informou que o coordenador responsável pelo controle patrimonial do referido câmpus permanece o mesmo desde a data de 04/04/2016, conforme Portaria n. 868/2016.

Informou, também, que todos os bens patrimoniais do Câmpus Santana do Livramento estão cadastrados e atualizados no SUAP, o qual é o único meio de controle patrimonial utilizado no câmpus. Por fim, informou que a COAP não sofreu alterações de servidores na coordenação nos últimos três anos e apresentou as informações em relação ao andamento do inventário anual de bens móveis referente ao exercício de 2020/21, no Processo Eletrônico n. 23495.000109.2022-41, o qual foi informado por *e-mail* à Coordenadoria de Material e Patrimônio do IFSul, no dia 01/08/2022.

Quanto à situação de mais de um responsável pela carga patrimonial dos setores CSTADS, CTSER e DEPEX, a unidade auditada relatou que alguns servidores, desvinculados de seus cargos/funções, foram redistribuídos, transferidos ou dispensados da Coordenadoria, sem

realizarem a transferência da carga patrimonial e, por essa razão, alguns bens estão sem aceite, devido à não localização pelos novos coordenadores e serão motivo de baixa por extravio em 2023.

Em 03/04/2023, tiveram início as verificações *in loco*. A Unidade de Auditoria Interna Governamental realizou uma reunião com o Diretor-geral, os chefes de departamento e os coordenadores do Câmpus Santana do Livramento, com o intuito de informar sobre os trabalhos de auditoria na área de gestão patrimonial e esclarecer possíveis dúvidas sobre sua realização. A referida reunião foi realizada no Câmpus Santana do Livramento e contou com a presença de treze servidores, além de outros cinco, que participaram por videoconferência, conforme ata de reunião de abertura do serviço de auditoria, anexa ao Processo eletrônico n. 23163.000877.2023-38.

Durante o trabalho de campo, evidenciou-se fragilidades referentes à gestão patrimonial, tais como: falta de bens, resultando em quantitativo de bens extraviados ou não localizados; depósito de bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; grande quantidade de bens identificados com etiquetas inadequadas para a identificação patrimonial; excessiva quantidade de itens na carga do coordenador da Coordenadoria de Estrutura Funcional de Ensino, ressaltando-se que quase a totalidade dos itens é composta pelo acervo bibliográfico do câmpus. Cabe destacar que se evidenciou a insuficiência de controles internos quanto à gestão patrimonial do acervo bibliográfico.

Na finalização do trabalho de campo, em 05/04/2023, realizou-se nova reunião com o Diretor-geral, a chefe do Departamento de Administração e de Planejamento, o coordenador e uma servidora da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio, com o fim de prestar esclarecimentos finais sobre o trabalho desenvolvido nas dependências do Câmpus Santana do Livramento.

Por fim, foi encaminhada a SA 001-C/2023, por meio do Processo eletrônico n. 23163.000880.2023-51 e concedido o prazo de 05 dias úteis, a contar do dia 18/04/2023, para que os servidores detentores de carga patrimonial localizassem os bens não encontrados no momento das vistorias e os apresentassem à Unidade de Auditoria Interna Governamental. No mesmo expediente, solicitou-se o envio da portaria de designação do servidor responsável pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio, já que a Portaria n. 868/2016 recebida pela UAIG, refere-se à Coordenadoria de Gestão Administrativa e dela consta o mesmo coordenador elencado no organograma institucional para a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio. Em 26/04/2023, a Unidade de Auditoria Interna Governamental, mediante o Processo eletrônico n. 23163.000880.2023-51, recebeu a resposta a qual consta neste Relatório no item 2.3, sobre a análise dos dados.

Na sequência, em 11/05/2023, em ambiente virtual, foi realizada a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, com a presença da equipe da UAIG, do Diretor-Geral do Câmpus Santana

do Livramento, do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento, do Coordenador e de uma servidora da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio. A reunião teve por objetivo apresentar o relatório preliminar, RAIP n. 001A/2023 e esclarecer dúvidas apresentadas pela unidade auditada, conforme ata constante no Processo eletrônico n. 23163.000877.2023-38.

2.1 Amostra

Para a extração da amostra adotou-se a seguinte metodologia: nos setores com quantitativo de até 1.999 itens, foi aplicado o percentual de 5% sobre o total de bens; já nos setores com quantitativo igual ou superior a 2.000, foi aplicada a tabela Philips, instrumento de amostragem frequentemente utilizado pela Controladoria-Geral da União, para delimitar a quantidade de itens da amostra, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Tabela Philips

Tamanho da população	Tamanho da amostra	Índice de problemas
10 a 19	11	1
20 a 50	13	1
51 a 100	20	2
101 a 200	35	3
201 a 500	42	4
501 a 1.000	55	5
1001 a 2.000	70	6
2001 a 5.000	90	12
5001 a 10.000	150	24
10001 a 20.000	220	36
20001 a 50.000	280	48
Maior que 50.001	350	60

Fonte: CHAVES, Renato Santos. Auditoria e Controladoria no Setor Público, p. 70.

Por conseguinte, foi extraída uma amostra não-probabilística equivalente a **244 itens** do acervo patrimonial do câmpus de acordo com os critérios de materialidade e de criticidade, resultando no montante de **R\$ 1.380.292,74 (um milhão, trezentos e oitenta mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos)**. Registra-se que este quantitativo representa 27,58% do valor total dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Santana do Livramento, em março de 2023.

Quanto aos critérios de extração da amostra, esclarece-se que a materialidade foi apurada com base nos valores de aquisição dos bens. A criticidade, por seu turno, refere-se à composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas e dos pontos de controle com riscos operacionais latentes. Nesse enfoque, considerou-se de alta criticidade os bens que se enquadram nas categorias de eletroeletrônicos, equipamentos de informática, linha branca (eletrodomésticos), ferramentas, equipamentos de laboratório, entre outros.

A Tabela 2 apresenta uma síntese da quantidade e dos valores totais de itens patrimoniais da unidade auditada, bem como daqueles que compõem a amostra.

Tabela 2 – Quantitativos da amostra por setor

Setor	Responsável	Quantitativo de bens	Carga patrimonial (R\$)	Quantitativo de bens da amostra	Valor dos bens da amostra (R\$)
DIRGER	CSG	64	1.066.486,60	3	86.476,67
COABI	ESF	10	13.930,71	1	5.600,00
DEAP	APVA	208	183.319,73	10	32.917,17
COAP	LFCC	524	201.373,96	26	40.199,88
COGEA	RDR	0	0,00	0	0,00
COLIC	MSD	45	6.866,45	2	931,13
COMAG	WMPLJ	444	927.524,00	22	282.115,98
COCAF	VVSE	0	0,00	0	0,00
DEPEX	MAPD	187	113.314,37	9	27.532,01
COEN	VLSF	22	20.750,96	1	4.329,50
COEFE*	KVS	2319	214.748,48	90	57.389,55
COEX	ATD	0	0,00	0	0,00
COPESQ	TPP	13	9.254,51	1	1.265,00
CORAC	PEM	41	34.352,88	2	8.357,00
CBUY	RRLB	20	13.717,60	1	2.800,00
CSTADS	REF	418	537.500,85	21	88.347,60
CTII	APG	226	200.417,14	11	25.100,69
CTE	RFO	493	642.193,04	25	199.846,11
CTSER	HBS	155	654.689,79	8	479.743,95
GABDIR	PSK	210	164.601,57	11	37.340,50
NAPNE	-	0	0,00	0	0,00
Total		5.399	5.005.042,64**	244	R\$ 1.380.292,74

Fonte: Relatórios de bens por responsável do SUAP

* Setor em que foi aplicada a Tabela Philips.

** Descontado o valor de R\$ 7.624.330,47, referente à área física e prédios.

2.2 Inspeções *in loco*

Após a extração da amostra, foram agendadas inspeções *in loco* nos 17 setores do Câmpus Santana do Livramento que possuíam carga patrimonial no SUAP, para verificação da existência, localização e estado de conservação dos bens. Nos setores que não possuíam registro de carga patrimonial no SUAP foram realizadas as entrevistas e a verificação de bens alocados em espaços físicos em uso pelos coordenadores. Essa etapa do trabalho foi realizada no período compreendido entre 03/04/2023 a 05/04/2023.

Constatou-se que, dos 21 setores do Câmpus Santana do Livramento constantes do organograma publicado no sítio institucional na internet, três não possuíam registro de carga patrimonial no SUAP, a saber: a Coordenadoria de Gestão Administrativa (COGEA), a Coordenadoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (COCAF) e a Coordenadoria de Extensão e Cultura (COEX). O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), por sua vez, não possuía carga patrimonial relacionada em termo de responsabilidade nem titular do cargo. Essa situação foi confirmada pela Direção-geral do câmpus, que também informou não haver previsão de designar servidor para ocupar tal coordenadoria.

A Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE), o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CSTADS), o Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável (CTSER) e o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) possuíam mais de um responsável pela carga patrimonial.

A Coordenadoria de Licitações e Compras (COLIC) e a Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (COPESQ) possuíam servidores responsáveis pela carga no SUAP, sem que fossem os coordenadores elencados no organograma institucional, detentores de função ou cargo de direção.

Todas as situações acima relatadas permanecem até a data de 24/04/2023, quando houve nova verificação por meio de consulta ao SUAP.

Durante os trabalhos de campo, os auditores fizeram-se acompanhar do responsável pela carga patrimonial auditada e, ainda, pelo coordenador e por servidora da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

Foi também aplicado um *checklist* aos responsáveis pelos setores, contendo questionamentos acerca dos objetivos específicos da presente auditoria, conforme apontado no item 1.1 deste Relatório.

Dos 244 bens que compunham a amostra, 236 foram localizados e apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental até a finalização das inspeções *in loco*, restando 8 bens não encontrados durante os trabalhos de campo.

Quanto aos bens encontrados, foram apresentados 17 similares, os quais guardam

características semelhantes à descrição, e, em alguns casos, apresentavam etiquetas não oficiais, porém sem placa patrimonial.

2.3 Análise dos dados

Concluídos os trabalhos de campo, conforme previsão do Programa de Auditoria n. 001/2023, passou-se à análise dos dados coletados.

Para complementação das evidências coletadas, fez-se necessária a emissão da SA 001-C/2023, a qual solicitou que:

1. fossem apresentados em 5 dias úteis, a contar de 18/04/2023, os bens não encontrados durante o trabalho de campo, conforme tabela enviada, na qual foram elencados 8 bens, sendo os respectivos números patrimoniais: 201848, 100539, 121735, 73975, 158156, 233772, 233773, 235281;

2. fosse enviada a Portaria de designação do servidor responsável pela Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

A unidade auditada encaminhou resposta em 26/04/2023, por meio do Processo eletrônico n. 23163.000880.2023-51.

Quanto ao item 1 da SA, apenas um bem foi encontrado, qual seja, um SMARTPHONE MARCA SONY XPERIA, n. patrimonial 201848. Foram enviadas fotos do bem, o qual possui registro patrimonial feito em etiqueta de papel. Assim, dos 8 bens não encontrados na verificação *in loco*, ainda permaneceram como faltantes 7 bens patrimoniais constantes da amostra, quais sejam: n. 100539, 121735, 73975, 158156, 233772, 233773 e 235281.

Em resposta ao item 2, a unidade auditada encaminhou a Portaria n. 977, de 19 de abril de 2017, da qual consta a designação do atual coordenador da COAP para exercer a referida função.

Do *checklist* aplicado aos responsáveis dos setores quanto às questões de auditoria, evidenciou-se os pontos que seguem:

a) quanto ao estado de conservação dos bens verificados *in loco*, evidenciou-se que 85,17% dos itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental foram considerados bons, 3% como regulares e 12,29% como ruins, de acordo com as informações prestadas pelos servidores que acompanharam a equipe de auditoria;

b) dos bens similares, verificou-se que os itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental foram considerados em bom estado;

c) ademais, nos 17 setores visitados pela UAIG, foi relatada pelos gestores a existência de bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) em 11 deles;

d) no que concerne à existência de bens de propriedade de terceiros, foram encontradas

algumas impressoras pertencentes ao prestador de serviços, mediante contrato;

e) por fim, quanto às ocorrências de furtos ou de extravios de bens, foi relatado pelo Coordenador de Manutenção Geral à Chefe de Administração e de Planejamento, por meio do Mem. SL-COMAG/Nº6/2021, o desaparecimento de uma esmerilhadeira portátil, tipo angular, ferramenta corte de disco, rotação 8.500 RPM, 220 V, marca Makita (n. patrimonial 153686). Apesar do recebimento do memorando, relatando os fatos em 11/03/2021, não foram tomadas providências pela administração do Câmpus.

2.4 Análise dos controles internos

Verificou-se que o Câmpus Santana do Livramento possui uma coordenadoria específica incumbida da gestão do almoxarifado e do patrimônio.

No questionário aplicado à chefe do DEAP, solicitou-se informações no sentido de verificar se a PROAP realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Santana do Livramento. Em resposta, a titular daquele Departamento informou que não é feita a supervisão e que a orientação ocorre mediante solicitação de informação.

Em relação às atividades de controle, constatou-se a inexistência de controles internos capazes de evitar fragilidades, como: responsáveis pela carga patrimonial no SUAP que não são os coordenadores elencados no organograma institucional; setores com mais de um responsável pela carga patrimonial; setores sem registro de carga patrimonial no SUAP; depósito de bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; e grande quantidade de bens identificados com etiquetas inadequadas para a identificação patrimonial do bem.

2.5 Fatores que influenciaram positivamente os trabalhos de auditoria

Cumprir destacar, como fatores que influenciaram positivamente a realização dos trabalhos, a cedência de sala de apoio, somada à receptividade, à disponibilidade e à solicitude dos servidores do Câmpus Santana do Livramento.

3 ACHADOS DE AUDITORIA

3.1 CONSTATAÇÃO

Há bens da amostra que não foram encontrados nas dependências do Câmpus Santana do Livramento.

3.1.1 Critério

Itens 9, 10, 10.1 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

3.1.2 Evidência

Itens n. 100539, 121735, 73975, 158156, 233772, 233773 e 235281 (não encontrados).

3.1.3 Causa

Falha no controle do uso e da guarda dos equipamentos, contrariando os itens 9, 10, 10.1 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

3.1.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo com a constatação. Considerando que o câmpus Santana do Livramento não possuía sede própria, suas atividades iniciais ocorreram em espaços externos, cedidos por outras entidades, cujo bens utilizados a época foram mantidos nestas unidades. (*sic*).

3.1.5 Análise da manifestação

A manifestação da unidade auditada faz referência às questões relativas aos espaços utilizados durante o período de implantação do câmpus. Entretanto, no decorrer do funcionamento do Câmpus Santana do Livramento, observa-se que, quanto aos itens não encontrados, não foram tomadas medidas tempestivas por parte da administração quando da realização dos inventários anuais ou do conhecimento de fatos relacionados ao extravio de bens. Soma-se a isso o fato de a informação recebida na ocasião da realização de entrevista com o Coordenador de Manutenção Geral, quando fomos informados sobre o conhecimento da administração sobre o extravio de uma esmerilhadeira de n. patrimonial 153686, por meio do Memorando Mem.SL-COMAG/N.º 6/2021, sem que tenham sido tomadas providências no sentido de apuração dos fatos e possível responsabilização.

Desse modo, a manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.1.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que adote providências no sentido de recompor o erário no tocante a eventuais prejuízos decorrentes do extravio de bens. Não havendo êxito, que diligencie junto ao Senhor Reitor para providenciar a apuração de eventual

responsabilidade.²

3.2 CONSTATAÇÃO

Há bens da amostra que foram encontrados nas dependências da Escola Estadual Professor Chaves.

3.2.1 Critério

Itens 9, 10, 10.1 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

3.2.2 Evidência

Itens da COLIC que estão localizados na Escola Estadual Professor Chaves, conforme registro no SUAP e verificações *in loco*:



² Esta recomendação será monitorada em conjunto com a Recomendação 3.10.6, pois possuem o mesmo teor.



Cadeiras, mesas e armário com etiquetas patrimoniais do CEFET e IFSul, localizados na Escola Estadual Professor Chaves

3.2.3 Causa

Não adoção de procedimentos suficientes para viabilizar a doação dos bens.

3.2.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

De acordo. A justificativa é correlata a constatação 3.1.

3.2.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.2.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que avalie, em conjunto com o Senhor Reitor e as instâncias competentes, a viabilidade legal e fática de doação, à Escola Estadual Professor Chaves, dos bens móveis do IFSul que estão nela localizados e, caso não haja impedimentos, leve a termo a doação.

3.3 CONSTATAÇÃO

Existe bem tombado que não corresponde à descrição constante do sistema de registro institucional.

3.3.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.3.2 Evidência



Descrição do item 128022: Aparelho de som, Mini-System, caixas acusticas inclinadas reproduz Cdr E Cd-Rw, Mp3. 3 Discos. Marca: Lg, sendo que o bem localizado na sala 403, com etiqueta inadequada para a identificação patrimonial do bem, é da marca Philips, mini Hi-Fi System Fwm452. (sic).



Descrição do item 138761: Tripé para câmeras. tipo profissional, confeccionado em alumínio e com monopé. cabeça de 3 movimentos, elevação manual, perna 2 seções. altura mínima: 1,5m. marca: greika, sendo que o bem localizado na sala 402, possui a placa de patrimônio, mas a marca é Targus. (sic).

3.3.3 Causa

Falha no registro do bem no momento do seu tombamento.

3.3.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

Ciente quanto a constatação; pois, primeiramente o tombamento dos bens ocorriam de

acordo com a descrição prevista nas notas de empenhos e não com base nas notas fiscais e características efetivas do bem recebido. (*sic*).

3.3.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.3.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que providencie o ajuste da descrição no SUAP, mediante justificativa, de modo que as informações contenham os elementos necessários à perfeita caracterização dos bens.³

3.4 CONSTATAÇÃO

Há bens em que o registro patrimonial não está corretamente afixado, uma vez que a plaqueta/etiqueta patrimonial não se encontra gravada/afixada de modo permanente, os quais, no entanto, possuem as mesmas características da descrição (bens similares).

3.4.1 Critério

Item 7.13, 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88

3.4.2 Evidência



³ Esta recomendação será monitorada em conjunto com a Recomendação 3.13.6.1, pois possuem o mesmo teor.



Bens com registro patrimonial escrito à caneta e bens com registro patrimonial feito em etiqueta de papel

3.4.3 Causa

Ausência de providências no sentido de retomar a identificação do bem que teve sua plaqueta ou etiqueta extraviada.

3.4.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

Quando do extravio das placas patrimoniais, o câmpus afixa "etiquetas autoadesivas", para a devida (re)identificação do bem. (*sic*).

3.4.5 Análise da manifestação

Em que pese a justificativa do gestor no sentido de afixar etiquetas adesivas nos bens, quando da ocorrência de extravio das plaquetas patrimoniais, a providência apresentada não sanou a situação, tendo em vista a não utilização de etiquetas apropriadas. A administração poderia ter solicitado a emissão de novas plaquetas/etiquetas patrimoniais (de mesmo número e código de barras) a serem emitidas pela PROAP/COMAP, a fim de restituir a identificação patrimonial do bem. Desse modo, a manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria e, diante disso, mantém-se a constatação.

3.4.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que providencie a identificação de todos os bens que integram o patrimônio do câmpus, através de número de registro patrimonial, o qual deverá ser apostado ao material mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada.

3.5 CONSTATAÇÃO

Há bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) nos setores do Câmpus Santana do Livramento, sem que tenham sido tomadas medidas saneadoras.

3.5.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, caput, CF/88

Decreto n. 9.373/2018

3.5.2 Evidência



Bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis)

3.5.3 Causa

Atraso na adoção de providências, decorrente da demora na conclusão de obra e reformas no Câmpus Santana do Livramento.

3.5.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

Parcialmente, de acordo com a constatação. Pois, quanto aos processos de desfazimento os mesmos estão sendo retomados, intempestivamente, neste exercício, em virtude das obras e reformas ocorridas no câmpus, visto que alguns bens tiveram que ser alocados/armazenados em outros órgãos. Bem como, em razão da pandemia. (*sic*).

3.5.5 Análise da manifestação

Em que pese o gestor concordar parcialmente com o achado, afirmando que a tomada de providências quanto ao desfazimento está sendo retomada, após as obras e reformas ocorridas no Câmpus Santana do Livramento, resta evidenciada a falta de medidas saneadoras para os bens inservíveis. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.5.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que providencie o reaproveitamento, a movimentação, a alienação ou adote outras formas de desfazimento de bens inservíveis, conforme prevê o Decreto n. 9.373/2018.

3.6 CONSTATAÇÃO

Há insuficiência de controles internos quanto à gestão patrimonial do Câmpus Santana do Livramento.

3.6.1 Critério

Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

3.6.2 Evidência

Responsáveis pela carga patrimonial no SUAP que não são os coordenadores elencados no organograma institucional;

Setores com mais de um responsável pela carga patrimonial;

Setores sem registro de carga patrimonial no SUAP;

Inexistência de controle eficiente sobre o acervo bibliográfico do câmpus.

3.6.3 Causa

Não adoção de providências tempestivas quanto ao controle patrimonial.

3.6.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

Quanto a existência de setores com mais de um responsável pela carga patrimonial e/ou servidores com carga patrimonial sem serem os coordenadores elencados no quadro, ocorre em virtude da não aceitação pelo novo titular com base no parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP. Com relação a evidência de inexistência de controle eficiente sobre o acervo bibliográfico, ocorreu em função não utilização do sistema Pergamum. (*sic*).

3.6.5 Análise da manifestação

O gestor informa que cargas patrimoniais em nome de servidores que não ocupam cargos de direção e funções gratificadas ocorreram amparadas no parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP. Porém, a Instrução Normativa da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento, IN n. 04/2019-PROAP, orienta para esses casos o que segue:

Art. 3º Todos os procedimentos relativos à passagem de carga, nos casos de trocas de chefias, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) deverão estar em consonância com a Instrução Normativa nº 205/1988 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – SEDAP/PR, obedecendo especialmente ao que consta nos incisos abaixo:

I. Todo servidor ao ser desvinculado do cargo, função ou emprego, deverá passar a responsabilidade do material sob sua guarda a outrem;

II. Caberá ao órgão cujo servidor estiver deixando o cargo, função ou emprego, tomar as providências preliminares para a passagem de responsabilidade, indicando, inclusive, o nome do seu substituto ao setor de controle do material permanente;

III. A passagem de carga deverá ser feita obrigatoriamente, à vista da verificação física de cada material permanente e lavratura de novo Termo de Responsabilidade;

IV. Na hipótese de ocorrer qualquer pendência ou irregularidade caberá ao Dirigente do Departamento de Administração ou da unidade equivalente do Câmpus ou Reitoria, conforme o caso, adotar as providências cabíveis necessárias à apuração e imputação de responsabilidade. (Grifo nosso)

Somado a isso, tem-se:

Art. 8º Salvo as exceções constantes no Art. 3º, § 1º e § 2, desta IN, é responsabilidade do servidor desvinculado passar a responsabilidade do material sob sua guarda para o novo servidor designado para ocupar cargo, função ou emprego.

[...]

§ 3º Os bens não encontrados deverão permanecer sob a responsabilidade do servidor desligado do cargo, função ou emprego para posterior apuração de responsabilidade relativa ao extravio dos supracitados materiais permanentes. (Grifo nosso)

Desse modo, ainda que a instrução indique a permanência da responsabilidade pela carga do servidor desligado do cargo, função ou emprego, não restou comprovada a adoção de providências para apuração de responsabilidades relacionadas aos bens não encontrados.

Com relação ao acervo bibliográfico, em que pese o gestor informar que não utiliza o sistema Pergamum, ressalta-se que o local destinado à biblioteca não possui servidores dedicados nos três turnos de atividades do câmpus, conforme evidenciado durante a inspeção *in loco*. De modo que o acesso ao acervo é disponibilizado aos estudantes e servidores, os quais “anotam de alguma forma” os nomes dos exemplares retirados da biblioteca, caracterizando assim enorme fragilidade no controle sobre o acervo bibliográfico. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.6.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que adote mecanismos de controle interno capazes de assegurar a adequada gestão do patrimônio.

3.7 CONSTATAÇÃO

Em alguns setores do Câmpus Santana do Livramento, os responsáveis pelas cargas patrimoniais no sistema de controle institucional não são de fato os responsáveis pela guarda dos bens.

3.7.1 Critério

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.7.2 Evidência

Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE);

Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (COPESQ);

Coordenadoria de Licitações e Compras (COLIC);

Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável (CTSER);

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (CSTADS);

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX).

3.7.3 Causa

Inércia na adoção de providências quanto à não transferência de carga patrimonial quando da não localização dos bens.

3.7.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

Ciente, considerando a não aceitação pelo novo titular com base no parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP. (*sic*).

3.7.5 Análise da manifestação

O gestor informa que cargas patrimoniais em nome de servidores que não ocupam cargos de direção e funções gratificadas ocorreram amparadas no parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP. Porém, a Instrução Normativa da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento, IN n. 04/2019-PROAP, orienta para esses casos o que segue:

Art. 3º Todos os procedimentos relativos à passagem de carga, nos casos de trocas de chefias, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) deverão estar em consonância com a Instrução Normativa nº 205/1988 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – SEDAP/PR, obedecendo especialmente ao que consta nos incisos abaixo:

I. Todo servidor ao ser desvinculado do cargo, função ou emprego, deverá passar a responsabilidade do material sob sua guarda a outrem;

II. Caberá ao órgão cujo servidor estiver deixando o cargo, função ou emprego, tomar as providências preliminares para a passagem de responsabilidade, indicando, inclusive, o nome do seu substituto ao setor de controle do material permanente;

III. A passagem de carga deverá ser feita obrigatoriamente, à vista da verificação física de cada material permanente e lavratura de novo Termo de Responsabilidade;

IV. Na hipótese de ocorrer qualquer pendência ou irregularidade caberá ao Dirigente do Departamento de Administração ou da unidade equivalente do Câmpus ou Reitoria, conforme o caso, adotar as providências cabíveis necessárias à apuração e imputação de responsabilidade. (Grifo nosso)

Somado a isso, tem-se:

Art. 8º Salvo as exceções constantes no Art. 3º, § 1º e § 2, desta IN, é responsabilidade do servidor desvinculado passar a responsabilidade do material sob sua guarda para o novo servidor designado para ocupar cargo, função ou emprego.

[...]

§ 3º Os bens não encontrados deverão permanecer sob a responsabilidade do servidor desligado do cargo, função ou emprego para posterior apuração de responsabilidade relativa ao extravio dos supracitados materiais permanentes. (Grifo nosso)

Desse modo, ainda que a instrução indique pela permanência da responsabilidade pela carga do servidor desligado do cargo, função ou emprego, não restou comprovada a adoção de providências para apuração de responsabilidades relacionadas aos bens não encontrados. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.7.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que diligencie junto ao Senhor Reitor para tomar providências no sentido de apuração de eventual responsabilidade quanto ao extravio dos materiais permanentes não localizados na ocasião da troca de titularidade de cargo, função ou emprego.

3.8 CONSTATAÇÃO

Há bens da amostra não localizados no setor especificado no SUAP.

3.8.1 Critério

Item 7.13.4 da IN SEDAP n. 205/88

3.8.2 Evidência

Bem patrimonial n. 258242, especificado no SUAP na sala 418, localizado na sala 203;
Bem patrimonial n. 249926, especificado no SUAP na sala 201, localizado na sala 206;
Bem patrimonial n. 210561, especificado no SUAP na sala 408, localizado na sala 208;
Bem patrimonial n. 209545, especificado no SUAP como não localizado, localizado na sala 202;

Bem patrimonial n. 209546, especificado no SUAP como não localizado, localizado na sala 202;

Bem patrimonial n. 252211, especificado no SUAP na sala 205, localizado na sala 206;
Bem patrimonial n. 249926, especificado no SUAP na sala 201, localizado na sala 206;
Bem patrimonial n. 249926, especificado no SUAP na sala 201, localizado na sala 206;
Entre outros, devido à movimentação de bens no período que antecedeu a inspeção *in loco*.

3.8.3 Causa

Readequação dos espaços físicos após a conclusão das obras no Câmpus Santana do Livramento.

3.8.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo com a constatação, em virtude da readequação dos espaços e não efetivação da movimentação no sistema – SUAP de forma simultânea. (*sic*).

3.8.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.8.6 Recomendações

3.8.6.1 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que oriente os servidores do câmpus sobre a necessidade de informar o Departamento de Administração e de Planejamento sobre qualquer movimentação de bens.

3.8.6.2 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que diligencie no sentido de ajustar a localização dos bens quando da realização do inventário anual de bens patrimoniais referente ao exercício de 2022.

3.9 CONSTATAÇÃO

Não foi realizada a transferência de carga patrimonial por ocasião da troca de titulares de cargos/funções, mediante a verificação física de cada material permanente e lavratura de novo termo de responsabilidade.

3.9.1 Critério

Itens 10.7, 10.7.1 e 10.7.2 da IN SEDAP n. 205/88

3.9.2 Evidência

Resposta do Diretor-geral do Câmpus Santana do Livramento para a SA 001A/2023:

Alguns servidores, desvinculados de seus cargos/funções, foram redistribuídos, transferidos ou dispensados da coordenadoria, sem realizarem a passagem da carga patrimonial, conforme instrução da IN 04/2019-PROAP, constante no artigo 3º, Inciso I, e também o constante no art. 8º, Parágrafo III. (*sic*).

3.9.3 Causa

Inércia na adoção de providências quanto à não transferência de carga patrimonial quando da troca de titularidade do cargo.

3.9.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo com a constatação, pois, de acordo com o parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP, os bens não encontrados deverão permanecer sob a responsabilidade do servidor desligado. (*sic*).

3.9.5 Análise da manifestação

O gestor informa que cargas patrimoniais em nome de servidores que não ocupam cargos de direção e funções gratificadas ocorreram amparadas no parágrafo 3º, do art. 8º da IN 04/2019-PROAP. Porém, a Instrução Normativa da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento, IN n. 04/2019-PROAP, orienta para esses casos o que segue:

Art. 3º Todos os procedimentos relativos à passagem de carga, nos casos de trocas de chefias, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) deverão estar em consonância com a Instrução Normativa nº 205/1988 da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – SEDAP/PR, obedecendo especialmente ao que consta nos incisos abaixo:

I. Todo servidor ao ser desvinculado do cargo, função ou emprego, deverá passar a responsabilidade do material sob sua guarda a outrem;

II. Caberá ao órgão cujo servidor estiver deixando o cargo, função ou emprego, tomar as providências preliminares para a passagem de responsabilidade, indicando, inclusive, o nome do seu substituto ao setor de controle do material permanente;

III. A passagem de carga deverá ser feita obrigatoriamente, à vista da verificação física de cada material permanente e lavratura de novo Termo de Responsabilidade; (Grifo nosso)

IV. Na hipótese de ocorrer qualquer pendência ou irregularidade caberá ao Dirigente do Departamento de Administração ou da unidade equivalente do Câmpus ou Reitoria, conforme o caso, adotar as providências cabíveis necessárias à apuração e imputação de responsabilidade.

Somado a isso, tem-se:

Art. 8º Salvo as exceções constantes no Art. 3º, § 1º e § 2, desta IN, é responsabilidade do servidor desvinculado passar a responsabilidade do material sob sua guarda para o novo servidor designado para ocupar cargo, função ou emprego.

§ 1º A passagem de carga mencionada no caput deverá ser realizada obrigatoriamente após a conferência física dos bens constantes na carga do servidor desligado do cargo, função ou emprego.

§ 2º O servidor designado para ocupar cargo, função ou emprego deverá aprovar e deferir no SUAP, no que se refere ao ingresso na sua carga patrimonial, apenas os bens que tiverem sido encontrados.

§ 3º Os bens não encontrados deverão permanecer sob a responsabilidade do servidor desligado do cargo, função ou emprego para posterior apuração de responsabilidade relativa ao extravio dos supracitados materiais permanentes.

Desse modo, ainda que o gestor, em sua manifestação à constatação, argumente que a IN n. 04/2019-PROAP indique pela permanência da responsabilidade pela carga do servidor desligado do cargo, função ou emprego, no mesmo ponto, em resposta à Solicitação de Auditoria n. 001A/2023, o gestor indica que alguns servidores, desvinculados de seus cargos/funções, foram redistribuídos, transferidos ou dispensados da coordenadoria, sem realizarem a passagem da carga patrimonial mediante a obrigatoriedade da conferência física, conforme dispõe a legislação. Desse modo, a manifestação corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.9.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que diligencie no sentido da imediata transferência de carga patrimonial, adequando-a ao titular de cargo/função, mediante a verificação física de cada material permanente e lavratura de termo de responsabilidade, quando da troca de titulares de cargo ou função.

3.10 CONSTATAÇÃO

No SUAP, verificou-se a falta de alguns itens, resultando em relação de bens extraviados ou não localizados, sem que tenham sido tomadas providências.

3.10.1 Critério

Itens 9, 10, 10.1, 10.5 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

3.10.2 Evidência

Relatório SUAP, em que constam itens “NÃO LOCALIZADOS” nos setores COAP, COEFE, COMAG, CORAC, CTE, CTSER, DEAP, DEPEX, DIRGER e GABDIR.

3.10.3 Causa

Não implementação tempestiva do procedimento legal.

3.10.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

De fato, aguardando a conclusão do Inventário Patrimonial para a devida adoção dos procedimentos legais. (*sic*).

3.10.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Há a necessidade de realização de inventários anuais de modo que medidas saneadoras sejam tomadas tempestivamente, ou seja, a cada ciclo, e principalmente os ajustes quanto à localização dos bens, bem como as providências em relação aos bens extraviados. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.10.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que adote providências

no sentido de recompor o erário no tocante a eventuais prejuízos decorrentes do extravio de bens. Não havendo êxito, que diligencie junto ao Senhor Reitor para providenciar a apuração de eventual responsabilidade.⁴

3.11 CONSTATAÇÃO

Não foi realizado inventário patrimonial por ocasião do encerramento do exercício de 2022.

3.11.1 Critério

Art. 94, 95 e 96, da Lei n. 4.320/64

Item 8.1, “a” da IN SEDAP n. 205/88

3.11.2 Evidência

Resposta à SA n. 001A/2023 – O último exercício com inventário anual realizado foi o de 2020/2021.

Processo Eletrônico n. 23495.000109.2022-41 – inventário anual de bens móveis do Câmpus Santana do livramento referente ao exercício de 2020/21.

3.11.3 Causa

Prazo para conclusão do inventário patrimonial do exercício de 2022 ainda em andamento.

3.11.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

Em andamento, dentro do prazo institucional para conclusão, em 31/05/2023. (*sic*).

3.11.5 Análise da manifestação

Em que pese o gestor informar que o prazo para conclusão do inventário ainda não está encerrado, esta UAIG manterá o ponto para posterior monitoramento, ocasião em que se espera o atendimento pleno da recomendação.

3.11.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que apresente à UAIG o inventário realizado, bem como toda a documentação correlata e providências adotadas em

⁴ Esta recomendação será monitorada em conjunto com a Recomendação 3.1.6, pois possuem o mesmo teor.

relação às inconsistências.

3.12 CONSTATAÇÃO

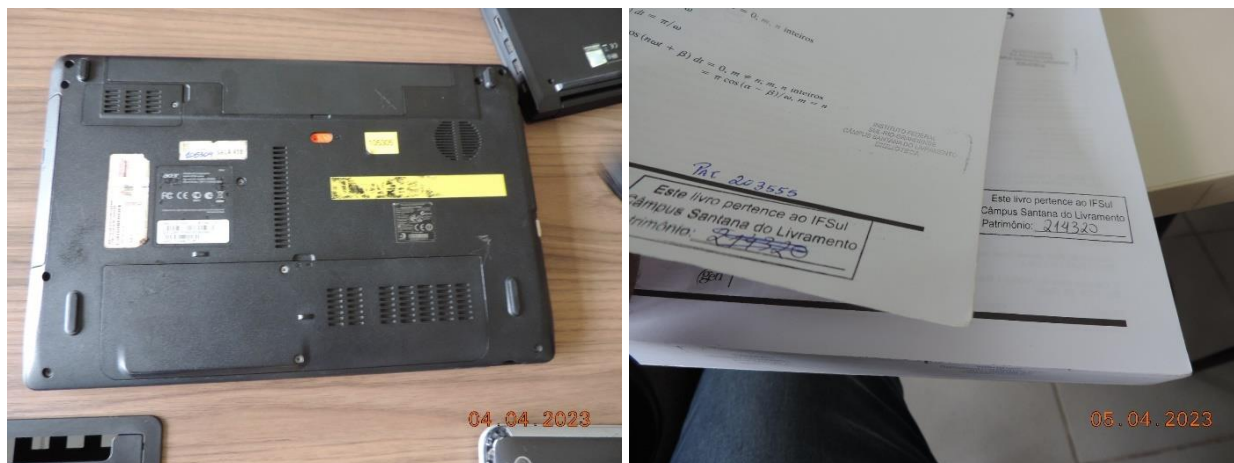
Há bem patrimonial constante da amostra que possui duas placas patrimoniais afixadas em sua estrutura.

3.12.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Itens 7.13 e 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88

3.12.2 Evidência



Notebook com ns. patrimoniais 105304 e 105305 e livro com rasura e ns. patrimoniais 203555 e 214320

3.12.3 Causa

Equívoco na afixação da placa patrimonial.

3.12.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo. Houve um equívoco na hora de afixar a placa patrimonial. (*sic*).

3.12.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor vem ao encontro do achado de auditoria e não indica medidas saneadoras para o que foi constatado. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.12.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que diligencie no sentido da correta afixação da plaqueta correspondente ao bem descrito.

3.13 CONSTATAÇÃO

Há bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização.

3.13.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.13.2 Evidência

Bem patrimonial n. 218544 - Projetor de imagens portátil;

Bem patrimonial n. 210447 - kit didático portátil (maleta) para treinamento de clp kit didático portátil (maleta) para treinamento de clp; Características: O Kit deve possuir no mínimo: • 8 entradas digitais; • 8 saídas digitais; • 2 entradas analógicas; • 1 saída analógica; • Potenciômetro para simulação das entradas analógicas; • Led's para indicação do estado das entradas; • Led's para indicação do estado das saídas; • Bornes para todas as entradas e saídas; • Visor gráfico (IHM) integrado; • Teclado para acesso às funções e programação integrado ao CLP/Kit; • Software de programação em português, que possibilite a programação nas 5 linguagens descritas pela IEC 61131 e simulação do programa, compatível com ambiente Windows (Windows8); • Tensão de alimentação 90-240 VAC (fonte integrada); • Cabo de alimentação com no mínimo 1,5m; • Cabo para programação (conexão com pc RS 232C e USB); • O kit deve ser instalado em uma plataforma que possibilite a mobilidade (portátil), como uma maleta, de dimensões máximas 500 x 400 x 200 mm (A x P x L) fechada; • Deve permitir o acesso aos conectores com segurança; • Chaves para simulação das entradas; Deverão ser fornecidos todos os trabalhos de montagem, instalação bem como treinamento operacional para os docentes do Campus Sapiranga-RS com carga horária de pelo menos 8 horas;

Bem patrimonial n. 244420 - IMPRESSORA 3D;

Bem patrimonial n. 218503 - Projetor de imagens portátil;

Bem patrimonial n. 218545 - Switch do tipo profissional;

Bem patrimonial n. 138760 - FILMADORA SONY;

Bem patrimonial n. 212556 - balança analítica de aproximadamente 210 g, divisão 0,0001 g. Base do gabinete de metal fundido, amortecedor de choques no suporte do prato de pesagem, indicador de estabilidade, câmara de pesagem com altura livre acima do prato, calibração automática, display em lcd, 110/220 volts, 50/60 hz. Garantia mínima de 1 ano;

Bem patrimonial n. 150710 - projetor multimídia configuração mínima: brilho de 2600 anbt lumens, entrada digital hdmi para conteúdos de alta definição, peso máximo 2,4 kg, durabilidade mínima da lâmpada (estimada pelo fabricante) de 4000 horas, resolução de 1024 x 768, conectividade usb tipo b computador vga (mini d-sub 15 pin) x 1 audio in: mni stereo s-vídeo composto (1 rca) x usb tipo a. Controle remoto: congelamento, funções de mouse e id contraste 2000:1.

Outros com descrições semelhantes.

3.13.3 Causa

Equívoco no registro do bem, sem consideração das suas características efetivas.

3.13.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento manifestou-se nos seguintes termos:

Ciente. Relação correlata a constatação 3.3.

3.13.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.13.6 Recomendações

3.13.6.1 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que providencie o ajuste da descrição dos bens no SUAP, mediante justificativa, de modo que as informações contenham os elementos necessários à perfeita caracterização dos bens.⁵

3.13.6.2 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Santana do Livramento que, doravante, realize o registro dos bens no sistema de modo a adequar sua descrição às características físicas e que contenha, no mínimo, a identificação do fabricante, do modelo e do número de série, quando houver.

⁵ Esta recomendação será monitorada em conjunto com a Recomendação 3.3.6, pois possuem o mesmo teor.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho de auditoria buscou diagnosticar a situação atual do controle patrimonial do Câmpus Santana do livramento, voltando-se prioritariamente a verificar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial desse câmpus.

Assim, tendo sido abordados os pontos previstos no Programa de Auditoria n. 001/2023 e realizadas as inspeções *in loco* nos 17 setores da unidade auditada, os quais possuíam carga no momento em que foi extraída a amostra, a presente auditoria permitiu verificar que o Câmpus Santana do Livramento apresenta algumas fragilidades em relação aos controles internos patrimoniais, tais como: responsáveis pela carga patrimonial no SUAP que não são os coordenadores elencados no organograma institucional; setores com mais de um responsável pela carga patrimonial; setores sem registro de carga patrimonial no SUAP; depósito de bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento e grande quantidade de bens identificados com etiquetas inadequadas para a identificação patrimonial do bem, conforme apontado neste Relatório.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações, salientando que seu não cumprimento implica na aceitação dos riscos. A implementação dessas recomendações será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna Governamental.

GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES,

Auditora

HENRIQUE ZIGLIA MAIA,

Administrador

VIVIANE KOSCHIER BUSS MENDES,

Auditora

De acordo.

LAERTE RADTKE KARNOPP,
Auditor-geral